
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngue



aapae | epaa

Arizona State University

Volume 34 Número 51

26 de maio de 2026

ISSN 1068-2341

Plataformas Digitais de Autoformação dos Professores da Educação Básica: Novos Mecanismos na/da Governança Educacional Digital Brasileira¹

Daniela Erani Monteiro Will

Marina Bazzo de Espíndola



Roseli Zen Cerny

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Citação: Will, D. E. M., Espíndola, M. B. de, & Cerny, R. Z. (2026). Plataformas digitais de autoformação dos professores da educação básica: Novos mecanismos na/da governança educacional digital brasileira. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 34(51).

<https://doi.org/10.14507/epaa.34.9553>

Resumo: A plataformização da educação tem reconfigurado as formas pelas quais os professores da Educação Básica ampliam seus conhecimentos profissionais. Nesse cenário, as plataformas digitais de autoformação docente ganham relevância como espaços sociotécnicos que medeiam processos de aprendizagem e avaliação, sustentados por uma rede de conexões políticas. Por meio de um estudo documental e topológico desenvolvido na e sobre as principais plataformas digitais de autoformação docente brasileiras, o artigo as analisa como mecanismos de governança educacional digital, evidenciando as conexões entre setores público e privado e seus impactos na formação de professores da Educação Básica, com e sobre tecnologias. A análise permite identificar quatro dimensões fundamentais desse processo de governança digital: (1) a plataformização dos cursos e recursos formativos; (2) a padronização de conteúdos alinhados à

¹ Esse trabalho foi realizado com apoio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) / Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior Catarinense (FUMDES) Pós-graduação, do Governo do Estado de Santa Catarina.

BNCC; (3) a coleta e a utilização estratégica de dados educacionais e (4) a ocupação do espaço público da formação continuada de professores por conteúdos e cursos advindos do setor privado.

Palavras-chave: autoformação docente; plataforma digital; formação de professores; relação público-privada; governança educacional digital

Digital platforms for self-training of teachers in basic education: New mechanisms in/of Brazilian digital educational governance

Abstract: The platformization of education has reconfigured the ways in which basic education teachers expand their professional knowledge. In this scenario, digital platforms for teacher self-training gain relevance as socio-technical spaces that mediate learning and assessment processes, supported by a network of political connections. Through a documentary and topological study developed on and about the main Brazilian digital platforms for teacher self-training, the article analyzes them as mechanisms of digital educational governance, highlighting the connections between the public and private sectors and their impacts on the training of basic education teachers, with and about technologies. The analysis identifies four fundamental dimensions of this digital governance process: (1) the platformization of training courses and resources; (2) the standardization of content aligned with the BNCC; (3) the collection and strategic use of educational data; and (4) the occupation of the public space of continuing teacher training by content and courses from the private sector.

Keywords: teacher self-training; digital platform; teacher training; public-private relationship; digital educational governance

Plataformas digitales de autoformación para docentes de educación básica: Nuevos mecanismos en/de la gobernanza educativa digital brasileña

Resumen: La plataformaización de la educación ha reconfigurado las formas en que los profesores de educación básica amplían sus conocimientos profesionales. En este contexto, las plataformas digitales de autoformación docente cobran relevancia como espacios sociotécnicos que median en los procesos de aprendizaje y evaluación, sustentados por una red de conexiones políticas. A través de un estudio documental y topológico desarrollado en y sobre las principales plataformas digitales de autoformación docente brasileñas, el artículo las analiza como mecanismos de gobernanza educativa digital, evidenciando las conexiones entre los sectores público y privado y sus impactos en la formación de profesores de Educación Básica, con y sobre tecnologías. El análisis permite identificar cuatro dimensiones fundamentales de este proceso de gobernanza digital: (1) la plataforma de cursos y recursos formativos; (2) la estandarización de contenidos alineados con la BNCC; (3) la recopilación y el uso estratégico de datos educativos y (4) la ocupación del espacio público de la formación continua de docentes por contenidos y cursos procedentes del sector privado.

Palabras-clave: autoformación docente; plataforma digital; formación de profesores; relación público-privada; gobernanza educativa digital

Plataformas Digitais de Autoformação dos Professores da Educação Básica: Novos Mecanismos na/da Governança Educacional Digital Brasileira

A plataformaização da educação tem reconfigurado as formas pelas quais os professores da Educação Básica (EB) ampliam seus conhecimentos profissionais, dissolvendo fronteiras entre o presencial e o remoto, o formal e o informal, bem como entre o público e o privado. Nesse cenário, as plataformas digitais ganham relevância como espaços sociotécnicos (Feenberg, 2017; Peixoto, 2015; Selwyn, 2014) de autoformação docente.

A autoformação, nesse trabalho, é entendida como um processo formativo baseado na atitude relativamente autônoma do docente que, a partir de condições subjetivas e objetivas,

identifica uma necessidade de aprendizagem sobre/para a sua atividade profissional. Ela participa do desenvolvimento profissional docente, caracterizando-se também como uma das formas de realização da formação dos professores na cultura digital, sendo geralmente desenvolvida em espaços educativos não formais, dentre os quais aqueles constituídos a partir de infraestruturas digitais, como as plataformas (Will, 2025).

No Brasil, iniciativas como a AVAMEC (Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação) e a MEC RED (Plataforma Integrada de Recursos Educacionais Digitais), vinculadas ao Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), ilustram a crescente plataformização da formação docente sobre tecnologias (Will, 2025), especialmente após a pandemia de COVID-19, quando o uso das mais variadas tecnologias digitais por meio de consultorias e parcerias público-privadas se intensificou (Hypolito, 2021). Paralelamente, organizações do Terceiro Setor financiadas por grandes empresas privadas ampliaram sua atuação no campo educacional participando no desenvolvimento de políticas e de pesquisas educacionais, atuando como prestadoras de serviços para organizações do Estado (Brito & Marins, 2020; Duarte, 2022; Fontdevila et al., 2023; Peroni & Oliveira, 2019), bem como oferecendo conteúdos e formações aos docentes da EB por meio de plataformas digitais próprias (Will et al., 2021).

A proliferação dessas plataformas, muitas vezes vinculadas a relações público-privadas, suscita questões sobre os modelos de governança que as sustentam e os discursos que veiculam acerca da integração das tecnologias digitais na educação e do professor nesse contexto. Além disso, essa dinâmica evidencia tensões entre políticas públicas e interesses corporativos, desafios relacionados à transparência, à privacidade de dados, à soberania digital e à normalização do uso das tecnologias na educação (Miranda & Pischetola, 2025; Pretto & Bonilla, 2022; Selwyn, 2020; Van Dijck, 2016).

A produção acadêmica sobre a relação entre plataformas digitais e a formação de professores ainda é incipiente no Brasil, especialmente no que tange a análises críticas sobre seus efeitos na profissionalidade docente. Enquanto estudos internacionais, como o de Lewis e Decuyper (2021) sobre a plataforma europeia *eTwinning*, já demonstram como esses ambientes digitais remodelam as formas de pensar e agir dos professores a partir de lógicas organizacionais específicas, a produção nacional começa a mapear esse fenômeno em iniciativas locais como a AVAMEC e a Nova Escola.

No caso da AVAMEC, as investigações concentram-se na descrição de cursos ofertados, com abordagens que vão do otimismo tecnológico à análise das políticas de formação. Já os estudos sobre a Nova Escola, embora majoritariamente focados em seu período como revista impressa ou veículo jornalístico, começam a tratá-la como plataforma. Pesquisas recentes, como as de Dionízio (2018), Souza (2021) e Lucca (2023), apontam para a complexidade dessa transição, evidenciando que a mudança do meio analógico para o digital não é meramente técnica. Esses trabalhos sugerem que a plataforma Nova Escola atua em conformidade com projetos hegemônicos, moldando a formação continuada docente e impactando o desenvolvimento profissional dos professores.

Diante desse cenário, fica evidente a necessidade de aprofundar as lentes críticas sobre a plataformização da educação no Brasil, compreendendo como esses ambientes sociotécnicos não apenas hospedam conteúdos, mas podem configurar subjetividades, definir currículos e redesenhar os limites do que é ser professor na contemporaneidade.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar plataformas digitais brasileiras de autoformação docente como mecanismos de governança educacional digital e seus impactos na formação de professores da educação básica, com e sobre tecnologias. Partimos do pressuposto de que essas plataformas não são meras ferramentas técnicas, mas artefatos sociotécnicos que materializam disputas políticas, econômicas e pedagógicas (Decuyper et al., 2021; Feenberg, 2017; Selwyn, 2017). Ao adotar uma perspectiva crítica, o artigo contribui para o debate sobre a expansão das novas formas digitais de privatizar a educação – constituídas por redes e dinâmicas

complexas (Saura et al., 2023), analisando a autoformação docente em tempos de plataforma e refletindo sobre o papel dessas plataformas na reconfiguração das relações entre público e privado na educação e na formação docente com e sobre as tecnologias.

Pressupostos Teórico-Methodológicos

A metodologia está baseada em uma abordagem qualitativa, de perspectiva crítica (Selwyn, 2014, 2017). Realizamos um levantamento exploratório junto a 297 professores da EB catarinense (via questionário on-line), seguido de um estudo documental e topológico desenvolvido em/sobre 10 plataformas digitais brasileiras de autoformação de professores da EB, duas públicas e oito não estatais, constituídas enquanto práticas de dados situadas ecologicamente em um ambiente mais amplo (Decuyper, 2021). Utilizando a metodologia topológica (Decuyper, 2021), analisamos, de forma relacional, a Interface e a Ecologia das plataformas. As interfaces são fundamentais para investigar o que acontece em uma plataforma e as possibilidades de ação dos usuários. A Ecologia, por sua vez, refere-se ao contexto da plataforma, incluindo políticas e atores.

A Etnografia de Redes (Avellar & Ball, 2024), uma abordagem que combina pesquisa on-line, mapeamento de redes e métodos etnográficos para capturar a natureza dinâmica e heterárquica da governança contemporânea, nos forneceu algumas ferramentas para identificar atores-chave, suas estratégias e discursos nas plataformas e políticas educacionais. Essa perspectiva nos permitiu acompanhar os movimentos e as relações entre os agentes públicos e privados envolvidos nas plataformas de autoformação docente.

Os dados foram coletados entre os anos de 2023 e 2024, por meio do engajamento ativo nas plataformas (como usuário leitor, usuário cadastrado e cursista), bem como em legislações e demais documentos de políticas e de sites e plataformas relacionados às plataformas estudadas.

Políticas e Plataformas na Autoformação Docente com e sobre as Tecnologias: A Atuação do Setor Privado e as Redes Políticas de Governança

Nas últimas décadas, várias políticas, projetos e programas foram desenvolvidos no Brasil no campo da integração das tecnologias na educação. Destacamos o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), lançado pelo MEC em 1997, o Proinfo Integrado, de 2007 e, atualmente, o Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), de 2017 (transformado em política pela Lei nº 14.180/2021). Todos esses programas e políticas contemplaram a oferta de portais, repositórios e plataformas com materiais digitais diversos voltados a instrumentalizar os docentes da EB com e sobre o uso de tecnologias.

É nesse contexto que tem sido crescente a participação de entidades privadas, por meio da filantropia, no desenvolvimento e na gestão de políticas públicas educacionais, assumindo as responsabilidades morais do Estado, articuladas dentro de uma complexa arquitetura global de relações econômicas e sociais (Avelar & Ball, 2019). No Brasil, o trabalho em coalizões como o Todos pela Educação e o Movimento pela Base Nacional Comum tem desempenhado um papel crucial em algumas reformas educativas recentes, devido ao seu forte potencial de endossar as relações entre o setor privado e o Estado (Fontdevila et al., 2023).

O Estado é “[...] constituído em e por meio de redes sociais complexas e dinâmicas, que incluem atores privados como parte da estrutura que gerencia os serviços públicos” (Avelar & Ball, 2023, p. 1). Essa mudança tem sido identificada como uma alteração de “governo” para “governança”. Como explica Ball (2022, p. 29), as “redes políticas” envolvem tipos específicos de relações sociais, de fluxos e de movimentos que constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções, fornecem locais para “soluções colaborativas” e “mobilizam inovações”.

Avellar e Ball (2024) destacam que a internacionalização e a privatização da Educação têm introduzido novos atores na gestão da escola pública e nas políticas educacionais, reconfigurando as dinâmicas de governança em escalas local, nacional e global. Nesse cenário, o Estado é entendido como uma rede complexa que inclui atores privados, como a “nova filantropia”, que influenciam tanto a gestão de serviços públicos quanto a formulação de políticas.

A chamada “nova filantropia” trata as doações como investimentos, os resultados como retornos e quer estar envolvida nas decisões sobre como o dinheiro público é usado. Consequentemente, “[...] está trazendo novos atores para o campo da política social e educacional, repovoando e reformulando as redes de política existentes” (Ball & Olmedo, 2013, p. 36).

Pessoas, dinheiro e ideias movem-se por meio dessas redes e organizações, bem como dos limites que elas abarcam. A nova combinação traz um conjunto fragmentado de novos intervenientes, como as empresas e as entidades de filantropia, para o trabalho de governança da educação e emaranha os intervenientes burocráticos em novos locais de política e em novos tipos de relações *na e com* a política (Avellar & Ball, 2019). Nesse contexto, o privado acaba influenciando ou definindo o público, não somente na agenda, mas na execução das políticas, definindo o conteúdo e a gestão da educação, com profundas consequências para a democratização da educação (Peroni, 2013).

A Fundação Lemann, a Fundação Itaú Cultural e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), por exemplo, são entidades da nova filantropia com amplo espaço de decisão sobre os rumos e a forma de execução da mais recente política de integração de tecnologias na educação do PIEC, de maneira que se evidencia, nesse contexto, o empresariamento do fundo público (Brito & Marins, 2020; Saura et al., 2024).

Em tempos de digitalização da educação, as fundações atuam por meio de plataformas digitais próprias, direcionadas aos docentes da EB, diretamente e/ou por meio de parcerias com Secretarias de Educação e o Estado. Duas das maiores plataformas financiadas pela iniciativa privada são a Nova Escola (Fundação Lemann) e a Escolas Conectadas (Fundação Telefônica Vivo e *Fundación “la Caixa”*), que atuam no Brasil desde 2015.

Nesse contexto, Saura et al. (2023) afirmam que as redes políticas de governança digital são novas formas de governo conformadas pela interação de atores políticos privados (fundações filantrópicas, organismos internacionais, *startups*, empreendedores, entidades bancárias, etc.) e suas tecnologias digitais que se unem aos governos e operam conjuntamente para pensar, decidir, configurar e materializar as políticas educativas.

As plataformas de autoformação docente, governamentais e mantidas por empresas privadas, exemplificam essa dinâmica, atuando como parte das redes de governança educacional digital e moldando a formação de professores, especialmente sobre a temática da integração das tecnologias na educação.

Plataformas como Infraestruturas Digitais na Autoformação dos Professores da Educação Básica: As Conexões entre Plataformas, Políticas Públicas e Entidades Privadas

A partir de uma lista prévia, os professores informaram quais plataformas eram conhecidas por eles e a frequência de uso. Dentre as públicas, as mais utilizadas são a AVAMEC e a MEC RED e, dentre as não estatais: Nova Escola, Escolas Conectadas, Guia Edutec-CIEB, Educamídia, Instituto Reúna, Escola Itaú Social, Observatório Movimento pela Base e Vivescer, nessa ordem. De forma a caracterizar as principais plataformas brasileiras destinadas à autoformação de professores da EB, identificamos os seus objetivos, as ações realizadas e como se relacionam com as políticas públicas educacionais, tal como informado na Tabela 1.

Tabela 1

Principais plataformas digitais brasileiras de autoformação docente: objetivos, ações e relação com as políticas públicas

Plataformas	Objetivos	Ações	Relação com políticas públicas
Públicas			
AVAMEC	Conceber e administrar formações, especialmente para professores da EB	Disponibiliza cursos autoinstrucionais em parceria com instituições brasileiras e o Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes (SDD)	Plataforma de formação do PIEC Cursos alinhados à BNCC e ao Referencial de SDD
MEC RED	Formar rede de educadores para usar, criar e compartilhar recursos educacionais digitais (RED)	Disponibiliza acesso a REDs de portais brasileiros. Permite que professores da EB publiquem e compartilhem experiências com REDs	PNE 2014-2024: importância dos RED para fomentar a qualidade da EB Uma das plataformas do PIEC
Não Estatais			
Nova Escola	Entregar conteúdos, produtos e serviços para professores e gestores da EB	Reportagens, cursos autoinstrucionais, formações, planos de aula, soluções e materiais educacionais	Conteúdos, produtos e serviços “alinhados à BNCC”
Escolas Conectadas ²	Oferecer serviços para professores da EB	Cursos autoinstrucionais de formação continuada (turmas abertas e exclusivas para Secretarias de Educação - SE)	Cursos alinhados à BNCC
Guia Edutec CIEB	Promover a inovação e a adoção de tecnologias digitais na educação pública	Diagnóstico do uso de tecnologias nas escolas públicas. Mapeamento das competências digitais dos professores da EB	“Metodologia Guia Edutec” cedida ao MEC por meio de acordo de cooperação técnica. Resultou no Referencial e no Autodiagnóstico de SDD

² Em 2023, a Escola Digital (<https://rede.escoladigital.org.br/>), mantida pela Fundação Vanzolini e pelo Instituto Natura, que oferecia recursos digitais de aprendizagem e foi uma das plataformas utilizadas pelas redes de ensino estaduais brasileiras durante o ensino remoto (Will et. al., 2021), acabou por ser descontinuada e absorvida pela Escolas Conectadas.

Plataformas	Objetivos	Ações	Relação com políticas públicas
Educamídia	Capacitar professores e organizações de ensino e engajar a sociedade no processo de educação midiática dos jovens	Minicursos, planos de aula, recursos (materiais didáticos e outras ferramentas), gráfico de habilidades da educação midiática, biblioteca, glossário	Currículo de educação midiática alinhado à BNCC
Instituto Reúna	Fornecer conteúdos aos professores da EB	Pesquisas, referências e ferramentas para subsidiar a implementação da BNCC. Webséries e trilhas formativas autoinstrucionais	O Instituto “nasceu para impulsionar a implementação da BNCC”
Escola Itaú Social	Oferecer cursos nos campos da arte, da cultura e da educação	Oferece cursos autoformativos e mediados	Cursos com foco na BNCC
Observatório Movimento pela Base	“(…) dar visibilidade ao avanço da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio nas redes e nas políticas nacionais”	Oferece dados, informações, análises e experiências para entender e acompanhar a implementação da BNCC em todas as etapas da EB	Foco em dar visibilidade ao avanço da implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio
Plataforma Vivescer	Oferecer formação a professores da EB. “Plataforma feita por professores para professores”	Cursos autoinstrucionais. Banco de práticas inovadoras. Matérias sobre os principais desafios da EB e da carreira docente	“[...] auxilia os professores a trabalharem as competências gerais da BNCC”

Nota: elaboração própria, com base nas plataformas analisadas.

Boa parte das plataformas atua como curadora de conteúdos para os professores, sejam eles para a docência ou sobre a docência. Há plataformas mais focadas em cursos autoinstrucionais, como a AVAMEC e a Escolas Conectadas, outras com características de repositório (como a MEC RED), mas a maioria delas oferece cursos autoinstrucionais e todo o tipo de suporte aos professores, bem como ferramentas tecnológicas para serem usadas na prática docente.

Apesar de serem autoformativos – o que, para todas as plataformas significa não oferecer mediação pedagógica –, há tempos definidos para a inscrição e a realização dos cursos. Não há acompanhamento pedagógico, mas há o controle do tempo máximo e mínimo de realização do curso escolhido.

De forma geral, as plataformas não estatais focam em oferecer recursos diversos aos professores, colocando-se como pilares de apoio aos docentes, como um local em que eles vão

buscar ajuda para resolver os problemas da prática, como por exemplo: “Conteúdos interativos e conectados com a prática. Tudo pensando nas necessidades dos educadores e na realidade da sala de aula” (Nova Escola); “Aqui, você vai encontrar soluções para trabalhar com os alunos, mas também formas de cuidar de si mesmo” (Plataforma Vivescer). Destinam-se, prioritariamente, ao alcance do que foi proposto na BNCC. Nas plataformas públicas não há esse enfoque explícito.

As plataformas não estatais mantêm presença ativa em redes sociais como X, Instagram, YouTube, Facebook e LinkedIn, além de contas no WhatsApp, utilizando estratégias de marketing e algoritmos para engajar usuários. Enquanto algumas, como Porvir e Vivescer, promovem discussões temáticas via WhatsApp e enviam newsletters por e-mail, as plataformas públicas AVAMEC e MEC RED não possuem perfis em redes sociais. O formato multiplataforma e o uso de recursos algorítmicos ampliam o alcance e a personalização de conteúdo, aumentando o engajamento dos usuários, ainda que sem um vínculo direto com atividades pedagógicas específicas.

As plataformas de redes sociais reorganizam a vida cotidiana na internet, influenciando interações humanas em níveis individual, comunitário e social, à medida que os mundos *on-line* e *off-line* se interpenetram (Van Dijck, 2016). D’Andréa (2020) complementa ao destacar o funcionamento baseado na produção e intercâmbio de dados, orientado por lógicas comerciais de engajamento. Suas arquiteturas opacas e distribuídas borram os limites entre público e privado, transformando mediações online em um 'negócio muito lucrativo' (p. 22).

A personalização do conteúdo e a utilização de algoritmos para aumentar o engajamento transformam os serviços e os recursos oferecidos por essas plataformas em um produto a ser vendido, com foco na satisfação do cliente e na geração de receita. Ao se instalarem nas plataformas de redes sociais, os serviços e recursos oferecidos pelas plataformas de autoformação tomam características de mercadoria, e os professores passam a ser os clientes.

As plataformas digitais de autoformação, com seus cursos, recursos e ferramentas, representam o que Decuyper e Lewis (2021, p. 24) chamam de “instrumentações digitais”. Essas instrumentações, embora diversas, possuem finalidades semelhantes e, por serem centralizadas por gestores com objetivos convergentes, tendem a monopolizar a autoformação docente. Em vez de dispersar conteúdos pela internet, essas plataformas os agrupam sob curadoria ou autoria única, oferecendo aos professores um repertório digital unificado para sua formação. Assim, o conjunto plataformizado de instrumentações digitais não estatais que mapeamos, sendo conhecidos e utilizados pelos professores da EB, com objetivos vinculados à implementação da principal política curricular da EB brasileira, pode ser concebido como uma *infraestrutura digital de autoformação docente*, que opera além das infraestruturas governamentais tradicionais, mas em conexão com essas.

Nesse sentido, apresentamos a seguir as informações sobre os gestores, os mantenedores e as instituições parceiras das plataformas. Na Tabela 2, constam as informações sobre as plataformas públicas. Na Tabela 3, apresentamos as informações sobre os gestores, os mantenedores e as instituições parceiras das plataformas não estatais.

Tabela 2

Gestores, mantenedores e parcerias das plataformas públicas

Plataformas	Gestor Mantenedor	Parcerias
AVAMEC	MEC	Assoc. Educação Financeira do Brasil; Conselho Britânico; CIEB; Controladoria-Geral da União; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Instituto Palavra Aberta (Educamídia); Instituto Península (Singularidades); Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Sec. Educação de Goiás; Secretaria de EB (SEB); Sec. Educação de São Bernardo do Campo; Sec. Educação de Fortaleza; Universidade Federal de

Plataformas	Gestor Mantenedor	Parcerias
		Alagoas; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal do Mato Grosso; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
MEC RED	MEC	Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina; professores da EB Centro de Computação Científica e Software Livre - C3SL (2ª versão, em desenvolvimento)

Nota: elaboração própria, com base nas informações coletadas pela pesquisa.

Tabela 3

Gestores, mantenedores e parcerias das plataformas não estatais

Plataformas	Gestor(es)	Mantenedor(es)	Parcerias
Nova Escola	Fundação Lemann Ana Ligia Scachetti - CEO Ass. Nova Escola Denis Mizne - Diretor da Fundação Lemann	Jorge Paulo Lemann	Google; Itaú Social; The Prosperity Fund (governo britânico); Facebook; Instituto Alana; Gerdau; Fundação Tide Setúbal; YouTube; Parceiros da Educação; Instituto Cyrela; Instituto Gesto; Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Fundação Telefônica Vivo; Verde Asset Management; Canal Futura; Imaginable Futures; Instituto Natura; Palavra Aberta; Instituto Unibanco; Instituto Sonho Grande; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Instituto Votorantim; Chamex; B3 Social; Instituto XP; Tinker Foundation; LearnZillion (empresa norte-americana)
Escolas Conectadas	Fundação Telefônica Vivo	Vivo; La Caixa	Executores: Associação Telecentro de Informação e Negócios (ATN) e HardFun - Empresa de tecnologia Certificadores: Centro Universitário Braz Cubas; Centro Universitário Ítalo Brasileiro
Guia Edutec-CIEB	CIEB	Instituto Natura; Fundação Lemann; Instituto Unibanco; B3; Fundação Telefônica Vivo; Itaú Social	Metodologia Guia Edutec: Instituto Natura; Rede Escola Digital Apoio financeiro: Fundación ProFuturo; Instituto Natura; Rede Escola Digital; Instituto Sonho Grande; Consed; Unesco
Educamídia	Instituto Palavra Aberta Mariana Ochs - Google Innovator e coordenadora do Educamídia	Google.org; Grupo Globo; Facebook	Google.org; Rede de Programação de Entretenimento e Esportes (Entertainment and Sports Programming Network – ESPM); Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-USP); Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo (OBCOM-USP); Unesco do Brasil

Plataformas	Gestor(es)	Mantenedor(es)	Parcerias
Instituto Reúna	Katia Cristina Stocco Smole, associada Todos Pela Educação, membro do Movimento Pela Base e do conselho administrativo da Fundação Nova Escola. Foi Secretária de Educação Básica no MEC e membro do CNE	Fundação Lemann e rede de parceiros. Em 2023, foram: Instituto Natura; Fundação Telefônica Vivo; Imaginable Futures; Instituto Sonho Grande; BID; Brazil Foundation; B3 Social; Motriz; Ifood	Fundação Itaú Social; Quintessa; Plataforma Iungo; Associação Nova Escola; Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); British Council; Instituto Unibanco; Movimento pela Base
Escola Itaú Social	Fundação Itaú	Banco Itaú	Cursos compartilhados: Sincroniza Educação; Instituto de Tecnologia e Sociedade; Avante: Educação e Mobilização Social
Observatório Movimento pela Base	Movimento pela Base. Anna Penido (diretora do Centro Lemann). Claudia Costin (presidente do Instituto Singularidades). Conselho deliberativo: Instituto Natura; Fundação Lemann; Instituto Unibanco, Fundação Telefônica Vivo; Itaú Social; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Doadores: Fundação Roberto Marinho; Movimento Bem Maior; B3 Social; Instituto Machado Meyer	Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave); Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação; Cieb; Comunidade Educativa Cedac; Consed; Fundação Getúlio Vargas (FGV); Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe); Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Iede; Instituto Alana; Instituto Avisa Lá; Instituto Ayrton Senna; Instituto Iungo; Instituto Natura; Instituto Reúna; Instituto Rodrigo Mendes; Instituto Singularidades; Instituto Sonho Grande; Instituto Unibanco; Itaú Educação e Trabalho; Itaú Social; Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da Universidade de São Paulo (Lepes/USP); Movimento Colabora; Oi Futuro; Todos Pela Educação; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme); Undime; Vozes da Educação. Apoio: Consed, Undime, Uncme e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede)
Vivescer	Instituto Península	Instituto Singularidades	Consed; Todos pela Educação; Coalizão Movimento Profissão Docente; Instituto Península; Fundação Lemann; Itaú Social; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Fundação Telefônica Vivo; Fundação Lucia & Pelerson Penido

Nota: elaboração própria, com base nas informações coletadas pela pesquisa.

É possível perceber, entre outras coisas, a presença de empresas privadas como mantenedoras das fundações e institutos, bem como a conexão entre as plataformas. Além disso, a repetição de pessoas e instituições é recorrente. A Fundação Lemann, por exemplo, está presente em quase todas as plataformas, seja na gestão, seja como parceira, exercendo influência nas ações e pressupostos das plataformas, a exemplo de sua atuação na elaboração e na implementação de políticas públicas como o PIEC (Brito & Marins, 2020) e a BNCC, por meio da coalizão Todos pela Educação (Fontdevila et al., 2023) e do Movimento pela Base (Souza & Lopes, 2022).

A “nova filantropia” é composta por fundações mantidas por empresas privadas que, a princípio, mostram-se preocupadas com questões e problemas sociais e educacionais, mas que, em essência, querem ampliar seus lucros e, para isso, precisam manter e fortalecer os ideais neoliberais por meio do fornecimento de uma infraestrutura de “novas soluções” baseadas no mercado. Além disso, esse tipo de iniciativa forma “[...] novas redes de política por meio das quais a ideologia, as ideias e os discursos fluem” (Ball, 2022, p. 125).

Na plataforma AVAMEC os cursos são ofertados por instituições independentes, tanto públicas quanto privadas, sem fins lucrativos. A partir de Chauí (1992), entendemos que as instituições são representações democráticas e objetivam assegurar a liberdade política, independentemente de quem esteja governando. Assim, a expressão “instituição” remete a algo público, republicano e democrático. A AVAMEC, ao utilizá-la para abranger tanto instituições públicas quanto entidades privadas, acaba, de alguma forma, igualando-as, o que pode contribuir para a naturalização do privado no espaço público e para o enfraquecimento do Estado. Observamos, ainda, na AVAMEC, um conjunto de cursos sendo ofertados por uma entidade filantrópica mantida por uma faculdade privada, onde há propaganda explícita dessa instituição. Além disso, a ausência de avaliação da aprendizagem, substituída por pesquisas de satisfação, reforça uma lógica comercial. Essa dinâmica sugere que o MEC acaba prestando um serviço publicitário para uma instituição privada, evidenciando a crescente influência desse setor na autoformação docente em plataformas digitais públicas.

Em 2024, o MEC lançou o documento Referencial de Saberes Digitais Docentes (SDD) para o uso de tecnologias digitais nos processos de ensino e aprendizagem e, na AVAMEC, o Autodiagnóstico de Saberes Digitais Docentes, um questionário on-line que identifica os “níveis de desenvolvimento” do professor quanto “ao uso de tecnologias digitais na prática pedagógica” (Plataforma AVAMEC, 2024). Ambos os documentos foram elaborados a partir de uma parceria entre o MEC e o CIEB, sem a participação das entidades representativas dos professores, tampouco das universidades brasileiras. O CIEB foi a instituição “escolhida” para desenvolver a “metodologia”, testá-la em sua plataforma (mediante a coleta de dados de milhares de professores brasileiros) e, posteriormente, apresentá-la ao MEC como política de Estado.

Fontdevila et al. (2023) salientam que uma das estratégias do setor privado para influenciar reformas educativas é a crescente dependência de conhecimento especializado e evidências científicas na formulação de políticas. Instituições criadas ou apoiadas por entidades privadas têm ganhado protagonismo na pesquisa científica, produzindo ou compilando evidências alinhadas às agendas neoliberais de seus financiadores. Dessa forma, as entidades privadas desempenham um papel ativo e de liderança no estabelecimento da agenda pública, tal como observamos nos recentes documentos e instrumentos divulgados pelo MEC, que instituem práticas de coleta de dados dos professores na AVAMEC.

O enfoque desses instrumentos encontrados nas plataformas são a implementação da BNCC e as competências digitais dos professores para o uso de tecnologias na escola, corroborando estudos recentes sobre a atuação da nova filantropia não só na elaboração, mas também na implementação das principais políticas curriculares educacionais brasileiras (Fontdevila et al., 2023; Hypolito, 2021).

Além disso, esses instrumentos são baseados em dados fornecidos por gestores e professores, mas geram resultados a partir de critérios definidos na programação da plataforma.

É uma forma adicional de atuação das plataformas, que se amplia para a prestação de serviços aos docentes, por meio da coleta de uma série de dados valiosos sobre o cotidiano escolar e os professores (para além das informações sobre o que os professores fazem na plataforma), o que colabora para o fortalecimento das práticas de dados (Decuyper, 2021) por parte das entidades não estatais junto à educação. Baseada na dataficação cada vez maior e diversificada de dados, a ação das plataformas privadas se tonifica à medida que esses dados, como colocam Schiavi e Silveira (2022), aumentam o conhecimento das entidades sobre as demandas dos professores e das escolas, motivando a criação de novas práticas, que poderão, posteriormente, serem ofertadas ao poder público.

Além disso, o lançamento do Referencial e do Autodiagnóstico de SDD converge, articuladamente, com ações das plataformas Nova Escola e Escolas Conectadas, como *lives* e cursos sobre competências digitais dos professores.

O resultado do Edital MEC Nº 2/2024, divulgado em 29/1/25 (Resultado Final do Edital Nº 2/2024, 2025), mostra que dos 60 novos cursos aprovados para serem ofertados na AVAMEC sobre a temática das tecnologias na educação, 25 foram inscritos por instituições públicas (apenas sete são universidades) e, 35, por entidades privadas. Dentre estas, a principal é a Fundação Telefônica Vivo, que aprovou 19 cursos e é gestora da plataforma Escolas Conectadas. Assim como os dados do Censo da Educação Superior 2023 (Inep, 2024) nos mostram que a formação inicial dos docentes da EB tem sido dominada pelas IES privadas (67% das matrículas), o mesmo vem acontecendo com a autoformação sobre a temática tecnologias e educação, já que a maior parte das plataformas digitais pertence a fundações mantidas por empresas privadas. E o recente edital do MEC favoreceu a participação das entidades privadas na AVAMEC, na medida em que estas puderam aproveitar os cursos já desenvolvidos para suas plataformas.

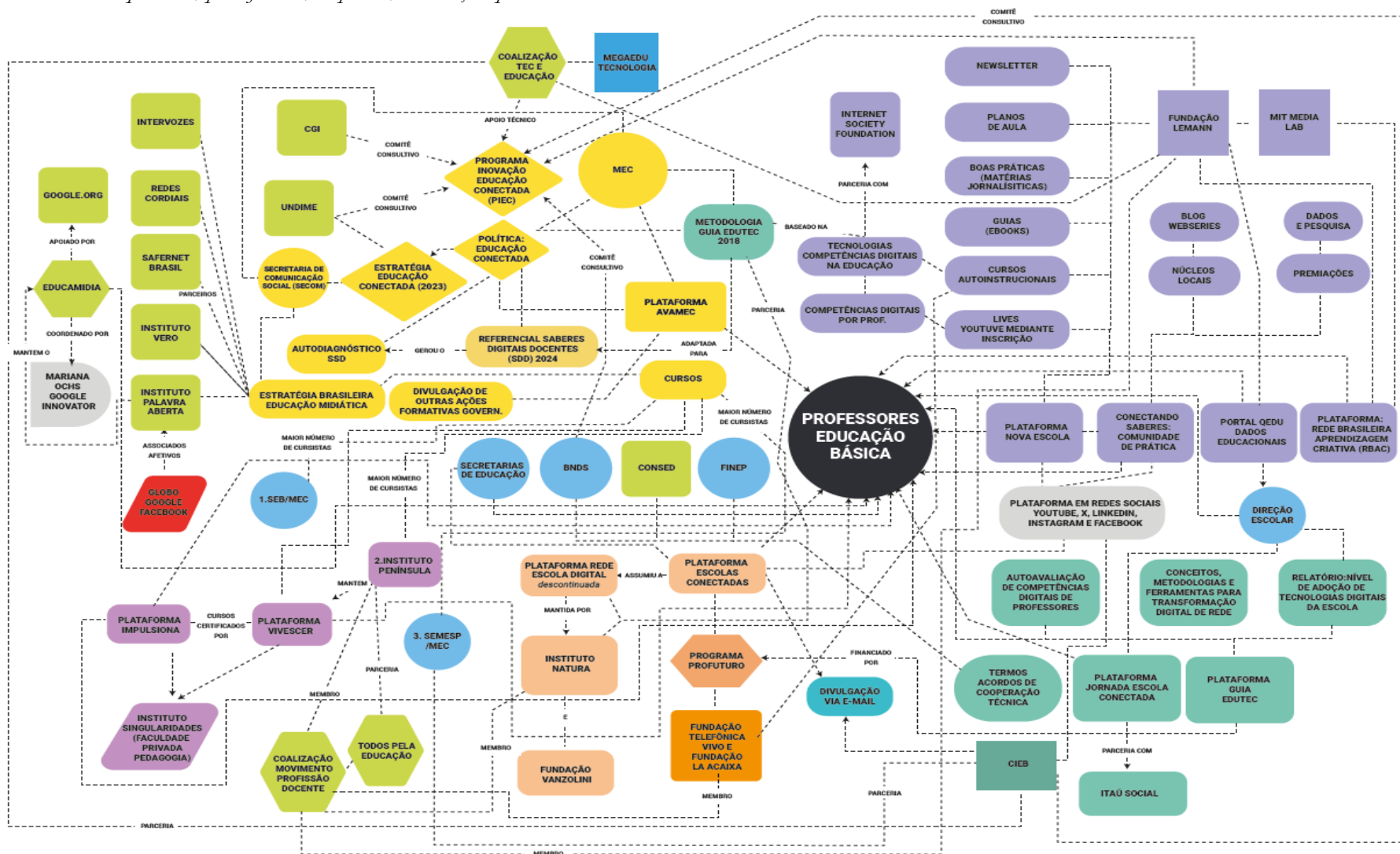
Um Emaranhado entre o Público e o Privado: As Plataformas Digitais de Autoformação Docente como Mecanismos de Governança Educacional

Ao caracterizar as plataformas digitais de autoformação docente, considerando contexto e interface, identificamos um emaranhado de conexões com empresas e entidades de diversos setores, conforme expressado na Figura 1.³ Essas relações, estabelecidas por meio de acordos de cooperação técnica, financiamentos e parcerias diversas, resultam, em alguns casos, em uma oferta compartilhada de recursos, conteúdos, ferramentas de diagnóstico e cursos direcionados aos professores da EB que disseminam valores e políticas comuns, criando um complexo ecossistema de colaboração, mediado pela relação público-privado, e que se expressa nas ações oferecidas nas plataformas digitais de autoformação.

As instituições que mantêm algumas das plataformas mais acessadas pelos professores – Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, CIEB, Instituto Natura – são as que atualmente fazem parte da execução de várias ações da Estratégia Nacional Educação Conectada junto ao MEC, por meio da Coalizão Tec Educação. Elas atuam na governança educacional tanto por meio de parcerias diretas com o MEC quanto por meio dos conteúdos e serviços de suas plataformas, que têm como foco principal a autoformação dos professores para o atendimento da BNCC. Além disso, elas também fazem parte de uma série de outras plataformas e ações para os professores (Coalizão Movimento Profissão Docente, por exemplo).

³ A Figura 1 pode ser consultada também no seguinte endereço eletrônico:
<https://drive.google.com/file/d/1vTz0GWszItQGIGrYi5RPLIUFfgfESaUB/view?usp=sharing>.

Figura 1
 Conexões entre políticas, plataformas, empresas, instituições públicas e entidades não estatais



Nota: Elaboração própria, a partir das informações coletadas e analisadas pela pesquisa.

À medida que identificamos padrões de ação que se sustentam pelas conexões evidenciadas entre as plataformas privadas e destas com as plataformas públicas, as análises realizadas nos permitem indicar que as plataformas digitais das fundações se constituem em uma nova forma de intervenção estratégica do setor empresarial na educação pública, por meio da autoformação e da intensa instrumentação digital oferecida aos professores da EB.

Dessa forma, a atuação em rede por parte das plataformas digitais de autoformação dos professores da EB pode ser considerada uma forma de fortalecer a relação entre o setor privado e o público.

As plataformas digitais brasileiras de autoformação docente compõem uma infraestrutura digital (Decuyperre & Lewis, 2021), que colabora tanto na elaboração (ao ser utilizada pelo MEC, como no caso da Metodologia Edutec-CIEB) quanto na implementação das políticas, pois pode ser acessada diretamente pelos professores, “[...] sem a intermediação ou a curadoria governamental, sobrepondo-se e/ou substituindo as lógicas tradicionais de governança” (Decuyperre & Lewis, 2021, p. 23), por meio dos cursos, recursos didáticos, planos de aula, exemplos de boas práticas e ferramentas de diagnóstico de contextos pedagógicos oferecidos nas plataformas da nova filantropia.

As plataformas digitais de autoformação docente funcionam como espaços de colaboração e intercâmbio entre as entidades da nova filantropia, o Estado, as redes de ensino e os professores, fortalecendo a complexa rede política estabelecida entre essas entidades e as instituições públicas.

Dessa forma, elas se constituem em formas digitais de participação na “governança educacional” (Avelar & Ball, 2024). As características e conexões por nós identificadas fazem com que as plataformas digitais de autoformação para professores da EB, especialmente as oferecidas pela nova filantropia, participem do que Decuyperre e Lewis (2021) apontam como uma “governança educacional digital”, que “[...] se refere à ascensão de estilos de governança baseados em dados, que inundam a educação e o setor de políticas educacionais com uma ampla instrumentação digital” (Decuyperre & Lewis, 2021, p. 24).

As plataformas digitais de autoformação docente, especialmente as oferecidas pela “nova filantropia”, são um importante mecanismo de governança educacional digital. Ao analisar as conexões entre as plataformas, entidades não estatais e o meio empresarial, o estudo revela um ecossistema complexo de colaboração entre o setor público e o privado, no qual empresas e fundações participam da definição e da materialização de políticas para e da formação de professores.

Conclusões

Há uma crescente influência do setor privado na autoformação dos professores da EB, mediada por uma infraestrutura digital emaranhada e complexa, constituída tanto pelas plataformas da “nova filantropia” quanto pelas públicas, sustentada por princípios e políticas neoliberais.

O estudo demonstra que essas plataformas digitais não representam meros instrumentos tecnológicos, mas constituem elementos importantes de um emergente regime de governança educacional digital.

Embora as plataformas da nova filantropia não se apresentem formalmente como atores políticos diretos, exercem significativa influência na formação continuada de professores. Através da disponibilização de plataformas digitais para a “autoinstrução” docente, a nova filantropia participa ativamente da materialização de políticas educacionais com as quais mantêm conexões orgânicas. A análise das plataformas investigadas permite identificar quatro dimensões fundamentais desse processo de governança digital: (1) a plataformização dos cursos e recursos formativos; (2) a padronização de conteúdos alinhados à BNCC; (3) a coleta e utilização estratégica de dados

educacionais e (4) a ocupação do espaço público da formação continuada de professores por conteúdos e cursos advindos do setor privado. Trata-se de uma forma de atuação política e pedagógica da nova filantropia na formação continuada, que se intensifica com a plataformização, com a atuação multiplataforma e o uso de dados.

Além da atuação nas políticas públicas educacionais, os atores privados têm forte presença também nas práticas no campo da tecnologia na educação, à medida que participam da elaboração de políticas e cursos, oferecem conteúdos e serviços aos professores em plataformas, bem como fornecem ferramentas tecnológicas baseadas em dados para uso dos professores (em troca da “valiosa” coleta dos dados por eles fornecidos).

A AVAMEC também participa do processo de intensificação do privado na educação pública, pois a oferta de cursos por entidades não estatais vinculadas a empresas, levanta questionamentos sobre os critérios considerados na definição das ofertas e de quem as oferta.

A pesquisa revelou um complexo cenário de conexões entre plataformas digitais de autoformação docente, a nova filantropia e o poder público, fortalecendo a relação entre o público e o privado na educação e a disseminação da lógica de mercado, com ênfase na autonomia individual, na eficiência, na padronização e homogeneização, em detrimento de valores coletivos, democráticos e emancipatórios.

Referências

- Avelar, M., & Ball, S. J. (2019). Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. *International Journal of Educational Development*, 64, 65–73. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>
- Avelar, M., & Ball, S. J. (2023). Network ethnography: Shifting perspectives and approaches to make sense of education governance. *Práxis Educativa*, 18, 1-14. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.18.22640.084>
- Avelar, M., & Ball, S. J. (2024). Etnografia de rede: Mudança de perspectivas, abordagens e métodos para analisar a nova governança educacional. Em J. Mainardes & S. J. Ball (Orgs.), *Pesquisa em políticas educacionais: Debates contemporâneos* (p. 15-41). Cortez.
- Ball, S. J. (2022). *Educação Global S. A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal* (23ª ed.). UEPG.
- Ball, S. J., & Olmedo, A. (2013). A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. Em V. M. V. Peroni (Org.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: Implicações para a democratização da Educação*. Liber Livro.
- Brasil. (2025). *Resultado Final do Edital N° 2/2024, 29 de janeiro de 2025*. Diário Oficial da União, Ed. 20, Seção 3. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-2/2024-609580883>
- Brito, S. H. A., & Marins, G. A. M. de B. (2020). Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: Em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. *Educar em Revista*, 36, 1-18. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.77558>
- Chauí, M. de S. (1992). Público, privado, despotismo. Em A. Novaes, *Ética*. Secretaria Municipal de Cultura/Companhia das Letras. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6999480/mod_resource/content/1/CHAUI%20Marilena%20-%20P%C3%BAblico%20-%20privado%20-%20despotismo%20-%20Artepensamento.pdf
- D’andréa, C. (2020). *Pesquisando plataformas on-line*. Edufba. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32043>
- Decuyper, M. (2021). The topologies of data practices: A methodological introduction. *Journal of New Approaches in Educational Research*, 10(1), 67-84. <https://doi.org/10.7821/naer.2021.1.650>

- Decuyper, M., Grimaldi, E., & Landri, P. (2021). Introduction: Critical studies of digital education platforms. *Critical Studies in Education*, 62(1), 1-16.
<https://doi.org/10.1080/17508487.2020.1866050>
- Decuyper, M., & Lewis, S. (2021). Topological genealogy: A methodology to research transnational digital governance in/through/as change. *Journal of Education Policy*, 38(1), 23-45.
<https://doi.org/10.1080/02680939.2021.1995629>
- Dionízio, E. V. (2018). *Plataformas digitais da Associação Nova Escola: Interações e desenvolvimento profissional docente*. [Dissertação de Mestrado]. <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2018.606>
- Duarte, P. F. (2022). Educação para o século XXI e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB): Uma conexão estratégica. *Revista Trabalho Necessário*, 20, 1-17.
<https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53523>
- Feenberg, A. (2017). *Entre a razão e a experiência: ensaios sobre tecnologia e modernidade* (E. Beira, Trad.), Inovatec.
- Fontdevila, C., Verger, A., & Avelar, M. (2022). Sector privado y políticas públicas: Una sistematización de las estrategias de actores no estatales en la promoción de reformas educativas. *Revista Española de Educación Comparada*, 42, 133–150.
<https://doi.org/10.5944/reec.42.2023.35942>
- Hypolito, A. M. (2021). Padronização curricular, padronização da formação docente: Desafios da formação pós-BNCC. *Revista Práxis Educacional*, 17(46), 35–52.
<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i46.8915>
- Lewis, S., & Decuyper, M. (2023). ‘Out of time’: Constructing teacher professionalism as a perpetual project on the eTwinning digital platform. *Tertium Comparationis*, 29(1), 22-47.
<https://doi.org/10.31244/tc.2023.01.02>
- Luca, C. M. O. (2023). *Políticas para formação continuada de professores da educação básica: Atuação da plataforma “Nova Escola”*. [Dissertação de Mestrado]. <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertacoes/2023/2023-cindy-mayumi-okamoto-lucca.pdf>
- Miranda, L. V. T. de, & Pischetola, M. (2025). Desnormalizar a (oni)presença das tecnologias: Contribuições da abordagem sociomaterial para a mídia-educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, 41 (1).
<https://doi.org/10.21573/vol41n12025.141962>
- Peixoto, J. (2019). Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. *Revista Brasileira de Educação*, 20(61), 317–332. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206103>
- Peroni, V. M. V., & Oliveira, C. M. B. (2019). O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. *Práxis Educacional*, 15(31), 38–57.
<https://doi.org/10.22481/praxis.v15i31.4657>
- Peroni, V. M. V. (2018). A privatização do público: Implicações para a democratização da educação. Em V. M. V. Peroni (Org.), *Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da Educação*. Líber Livro.
- Plataforma AVAMEC. (2024). *Ministério da Educação*. <https://avamec.mec.gov.br/>
- Pretto, N. L., & Bonilla, M. H. (2022). Tecnologias e educações: Um caminho em aberto. *Em Aberto*, 35(113), 141-163. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i113.5085>
- Saura, G., Cancela, E., Parcerisa, L. (2023). Privatización educativa digital. *Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, 27(1), 11–37.
<https://doi.org/10.30827/profesorado.v27i1.27019>
- Schiavi, I. & Silveira, S. A. (2022). A cidade neoliberal e a soberania de dados: Mapeamento do cenário dos dispositivos de dataficação em São Paulo. *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 14, e20210145. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.014.e20210145>

- Selwyn, N. (2014). Understanding educational technology as ideology. Em N. Selwyn (Org.), *Distrusting educational technology: Critical questions for changing times* Routledge.
- Selwyn, N. (2017). Educação e tecnologia: Questões críticas. Em G. M. dos S. Ferreira, L. A. S. Rosado, J. de S. Carvalho (Orgs.), *Educação e tecnologias: Abordagens críticas*. Universidade Estácio de Sá. <https://doi.org/10.31235/osf.io/6hr5b>
- Selwyn, N. (2020). Digital automation: Resisting the digital automation of teaching. *Australian TAFE Teacher*, 54(2), 17-19. <https://www.aeufederal.org.au/news-media/news/2020/resisting-digital-automation-teaching>
- Souza, A. M. M. de, & Lopes, S. F. L. (2022). Movimento pela base, Fundação Lemann... e o professor? Parceiros (i)legítimos no debate sobre educação pública. *Currículo sem Fronteiras*, 22, 1-28. <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v22.2177>
- Souza, C. F. (2021). *A educação durante a pandemia do Covid-19 (2020): Uma análise da indústria cultural digital Nova Escola*. [Dissertação de Mestrado]. <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/385/959267501393107.pdf>
- Van Dijck, J. (2016). *La cultura de la conectividad: Una historia crítica de las redes sociales*. Siglo XXI Editores.
- Will, D. E. M. (2025). *Plataformas digitais brasileiras como contextos sociotécnicos de autoformação de professores da educação básica: Uma análise crítica*. [Tese de Doutorado]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/265337/PEED1810-T.pdf>
- Will, D. E. M., Espíndola, M. B. de, & Cerny, R. Z. (2021). Formação docente na pandemia de Covid-19: Iniciativas mapeadas nas redes estaduais de ensino brasileiras. *Em Reunião Nacional da ANPED*, 40, 1-5. <https://anais.anped.org.br/40reuniao/trabalhos/forma%C3%A7%C3%A3o-docente-na-pandemia-de-covid-19-iniciativas-mapeadas-nas-redes>

Sobre as Autoras

Daniela Erani Monteiro Will

Universidade Federal de Santa Catarina

danielamwill@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1557-2568>

Pedagoga, Mestre e Doutora em Educação (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC).

Professora substituta no Departamento de Estudos Especializados em Educação da UFSC, Brasil.

Membro do grupo de pesquisa Repercute – Rede de pesquisa em currículo e tecnologia.

Marina Bazzo de Espíndola

Universidade Federal de Santa Catarina

marina.bazzo.espindola@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9292-9914>

Doutora em Educação, Gestão e Difusão em Biociências (UFRJ). Docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica. Membro do grupo de pesquisa Repercute – Rede de pesquisa em currículo e tecnologia.

Roseli Zen Cerny

Universidade Federal de Santa Catarina

rosezencerny@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7882-8551>

Doutora em Educação (PUC-SP). Docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Membro do grupo de pesquisa Repercute – Rede de pesquisa em currículo e tecnologia.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 34 Número 51

26 de maio 2026

ISSN 1068-2341



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído, e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton College for Teaching and Learning Innovation, Arizona State University. Os artigos que aparecem na AAPE são indexados em CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (Espanña), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Sobre o Conselho Editorial: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/about/editorialTeam>

Para erros e sugestões, entre em contato com Fischman@asu.edu
